

## ***Macau nas Encruzilhadas da Globalização: Processo Histórico, Mudança Social e Investigação Científica***

*Ivo Carneiro de Sousa\**

Nos últimos meses, as diferentes dinâmicas que percorrem a sociedade de Macau ganharam tanto em desenvolvimento como em complexidade. Vários dos factores que têm vindo a marcar o extraordinário crescimento económico de Macau alargaram-se e especializaram-se, enquanto a região administrativa especial foi também mobilizando renovados factores de projecção global — como ocorreu exemplarmente com a classificação de parte significativa do seu legado histórico e cultural como património mundial da UNESCO —, ao mesmo tempo que se foi assistindo a uma continuada expressão política pública de movimentações sociais que se vazaram, entre outros eventos, numa agitada manifestação no último primeiro de Maio que, como normativo dia Mundial dos Trabalhadores, sempre acrescenta aprofundamento, entre festa e reivindicação, a muitas das reclamações e demandas na dialéctica relação plurissecular de confronto e complementaridade entre Capital e Trabalho. Nestas movimentações sócio-profissionais como em muitas declarações de associações e dirigentes laborais, em vários meios de comunicação como até na simples «pequena» conversa de rua, alguma tendência mais mediata, mas também mais simplista e redutora, tratou de discriminar responsabilidades quase naturalmente dirigidas para as diferentes formações institucionais da governação local. Apesar de tanto em termos panorâmicos como em muitas áreas especializadas a orientação e *praxis* governamentais terem vindo a dirigir de forma progressivamente mais qualificada um complicado processo, primeiro, de transição política, social e económica formalmente em sede de situação pós-colonial para, em seguida, fixarem avenidas indispensáveis de participação de Macau no inexorável processo de comunicações económicas globais, parece ainda existirem dificuldades em algumas franjas sociais na compreensão da identificação das dinâmicas presentes e futuras da sociedade e economia macaenses, problemáticas interdisciplinares a que as ciências sociais estão obrigadas a

---

\* Doutor em Cultura Portuguesa (1993); Agregado em História (1999). Professor Visitante do Instituto de Estudos Europeus de Macau.

oferecer mais investigação científica, produção pública e elevação dos debates intelectuais.

Este artigo procura sugerir alguns caminhos para a investigação teórica e social destes processos de mutação a partir da verificação de que as dinâmicas de transformação da sociedade macaense organizam triplamente: (i) a actualização de um demorado processo histórico; (ii) uma exemplar transição política já geral já em ambiente comparativo com outros espaços de circulação histórica da antiga ordem colonial portuguesa; (iii) as encruzilhadas que desafiam também Macau para acomodar e potenciar os impactos da globalização. Em rigor, uma primeira apreciação crítica das ciências sociais deve começar por destacar que a gestão política institucional presente da sociedade e da economia de Macau conseguiu largamente presentificar com sucesso um longo processo de comunicações multilaterais globais historicamente responsáveis pela preservação do espaço identitário do território, provavelmente o factor mais importante a convocar para se poder enfrentar a continuada integração de Macau num processo de globalização gerando dinâmicas em que coexistem «vencedores» e «vencidos» tanto no plano das inter-relações económicas mundiais como na alteração das modalidades tradicionais de internamente se dividirem trabalhos, capitais e recursos. Neste campo de mudanças, mostram-se especialmente relevantes as modalidades de integração regional da economia macaense e a sua capacidade para atrair e continuar a intermediar a progressiva apropriação de posições, mercados e protagonismos concretizada pelo formidável crescimento da economia da República Popular da China (RPC), o espaço também político e social em que Macau participa especializadamente. Este último factor revela ainda que o processo da globalização deixou definitivamente de mobilizar os protagonismos «ocidentais» que alguns queriam dominantes para passar a contar com fortes expressões económicas asiáticas, especialmente da comunicação económica da RPC e da Índia na mutação multilateral da globalização. Macau não pode nem sequer deve pretender «escapar» a estas transformações que oferecem naturalmente dificuldades, mas também uma colecção de oportunidades de que o território parece começar a tirar algumas vantagens, alargando-se desde a progressiva mundialização das suas indústrias do jogo aos projectos que intentam potenciar as suas especificidades culturais a transformar em novas indústrias e consumos que sobrepujam as limitadas procuras locais. Numa ideia indiciária, a sociedade e economia de Macau não dependem agora apenas da sua *localização* mas

obrigam a investigar seriamente as suas possibilidades de *globalização* com evidentes impactos sociais e económicos, estendendo-se das concepções sociais de urbanismo à produção de novas ofertas industriais vinculadas às competências e exigências de mercados cada vez mais interdependentes e globais, passando ainda pela inexorável mutação das formas de trabalho e mesmo da expressão sócio-profissional das suas solidariedades consuetudinárias.

### A Incontornabilidade Científica da Globalização

Importa, por isso, rememorar que, nesta última década, uma palavra agitada entre tema evidente e causalidade universal tende a sintetizar a mundialização da economia e a circulação geral entre integração e exclusão de pessoas, capitais, bens e informações: a palavra *globalização* instalou-se para ficar no nosso quotidiano, comparecendo recorrentemente utilizada tanto pelos diferentes meios de comunicação como pelo discurso político, a análise social ou o frenético mundo da economia e das finanças<sup>1</sup>. Despida em muitos destes discursos de história, quase sem passado, a globalização transformou-se em ideia praticamente comum, sendo frequentada longe de qualquer rigor nocional e do enquadramento histórico capaz de concorrer para explicar a sua possível “genealogia” e o seu funcionamento no tempo e no espaço<sup>2</sup>. Ao vulgarizar-se e ao perder qualificação conceitual, a noção de globalização alimenta as mais contraditórias causas, aqui desculpando uma conjuntura económica desfavorável, ali limitando incapacidades e incompetências de governos e burocracias, mais além justificando mesmo as reivindicações de grupos e espaços sociais cujas competências tradicionais deixaram de poder integrar utilitariamente uma economia cada vez mais global. Em termos estranhamente comuns, quase todos estes diferentes discursos tendem a transformar a globalização em tema «evidente» que, sem convocar outras explicações,

<sup>1</sup> BHAGWATI, Jagdish — *In Defence of Globalization*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

<sup>2</sup> SOUSA, Ivo Carneiro de — *Colonialismo, Economia-Mundo e Globalização: trajetórias e debates historiográficos*, in «África Subsariana. Globalização e Contextos Locais». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002; SOUSA, Ivo Carneiro de — *A Ásia e a Europa na formação da Economia-mundo e da globalização: trajetórias e debates historiográficos*. Macau, Revista de Cultura, 9 (2004).

sublinha a sua novidade global quando, em muitos destes casos e comunicações, se revisitam demorados processos históricos em que continuidades e descontinuidades tendem a potenciar ou a limitar a movimentação de espaços locais e nacionais no processo da globalização. Com efeito, a globalização é claramente o (um dos...) resultado de um longo processo histórico enformando os tempos, espaços e culturas em que nos movimentamos. Da mesma forma que não parece possível discutir a globalização fora do tempo e do espaço, também não parece possível entender a omnipresença da palavra exteriormente a um processo normativo de acreditação da «cultural ocidental» como a verdadeira racionalidade, sempre progressiva e benigna, definitivamente ancorada à modernidade. Se existe uma ampla investigação científica que foi criticando este optimismo iluminista incrustado nas ideias de progresso e razão ocidentais, desafiado da ecologia aos movimentos de “novas minorias”, são infelizmente escassos os estudos sérios que procuram fazer a história da globalização, escrutinando o(s) processo(s) responsável por tornar a ideia em palavra focal do nosso mundo mediático e virtual actual. A história de Macau pejada de movimentações multilaterais na encruzilhada dos diferentes mercados mundiais e regionais pode oferecer, como veremos, um laboratório fundamental de pesquisas, debates e propostas. A começar pela própria discussão conceptual e operatória da noção mesmo de globalização limitando a sua «novidade» para evidenciar o seu processo histórico, transformando decisivamente o consumo mediático da palavra em investigação científica séria da estruturação e difusão dos *processos* complexos que procura domesticadamente sumariar.

### A Re-orientação da Globalização

As diferentes definições de globalização que se visitam entre economia e política, ensaísmo e algum esforço de pesquisa das ciências sociais sublinham sentidos muito longe de serem consensuais<sup>3</sup>. Uma primeira categorização comum visita a noção de globalização fundamentalmente enquanto integração mundial das economias e mercados num conjunto sistémico geral. Para esta perspectiva, a globalização seria um movimento de integração económica historicamente recente, prefigurando-se na viragem do século XIX para o século XX, quando a interdependência entre

<sup>3</sup> ROSENBERG, Justin — *The Follies of Globalisation Theory*. London: Verso, 2001.

os impérios europeus e as suas colónias se tornou incontornável para a própria sobrevivência das suas estruturas económicas diferenciadas<sup>4</sup>. Por isso, seguindo esta dimensão contemporânea, em muitos manuais de história universal, sobretudo nos espaços de expressão anglo-saxónicos, Estados Unidos da América à cabeça, a globalização passou a invadir os seus últimos capítulos de «história mundial», ensinando relações económicas e políticas presentes que assentariam principalmente na inseparável dialéctica da dupla expansão da economia de mercado e das instituições democráticas<sup>5</sup>. Nesta perspectiva muito frequentada por políticos e economistas, a noção de globalização teria uma dimensão duplamente «técnica» e «política», sendo domínio privilegiado pela investigação da economia e da economia política, concretizando-se na investigação aplicada ao serviço do desenvolvimento do comércio entre nações baseado em instituições também globais autorizando indivíduos e empresas em diferentes territórios políticos a trocarem investimentos, capitais e bens com o mínimo de constrangimentos.

Trata-se de um entendimento que, historicamente, se coliga com cumplicidade ao termo «liberalização», combinando a progressiva difusão das teorias da liberdade económica — o velho «laissez-faire» — com a continuada remoção das barreiras aos movimentos económicos e financeiros<sup>6</sup>. Especialização que obrigaria a vazar a génese da globalização actual na liberalização ocidental do século XIX, uma espécie de «primeira era da globalização» assegurando nomeadamente essa *Pax Britannica* somando à industrialização a expansão da circulação mundial de capitais erguida sobre a exploração das matérias-primas coloniais. Esta perspectiva curta do processo da globalização esclareceria, em seguida, um segundo andamento ou «era da globalização» após os dois conflitos mundiais<sup>7</sup>, organizando-se em torno de um pensamento económico dominante «neoliberal», argumentando que numa mundialização pautada por taxas, juros e câmbios flutuantes seria contraproducente para as políticas econó-

<sup>4</sup> KENWOOD, A.G. & LOUGHEED, A.L. — *The Growth of the International Economy*. New York: Routledge, 1999.

<sup>5</sup> HELD, D. — *Democracy and the Global Order*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1995.

<sup>6</sup> HALL, John A. — *Powers and Liberties: The Causes and Consequences of the Rise of the West*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

<sup>7</sup> FEINSTEIN, Charles; TEMIN, Peter & TONIOLO, Gianni — *The European Economy between the Wars*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

micas nacionais convocar regulações proteccionistas para abrigar os seus mercados nacionais, concluindo-se ser impossível manter total autonomia económica e uma política monetária estritamente nacional<sup>8</sup>. A globalização passaria agora a ser o processo através do qual se geravam as instituições e acordos globais capazes de remover as restrições à liberdade de comércio, concretizando-se com as reuniões do Uruguai que criaram a Organização Internacional do Comércio (WTO) para mediar as disputas de interesses comerciais, alargando-se depois através das várias resoluções europeias do Tratado de Maastrich e com o acordo norte-americano de liberdade comercial. Para esta perspectiva dominante nos campos da política e relações internacionais actuais, a globalização tenderia a dinamizar e facilitar os movimentos económicos e financeiros mundiais, desenvolvendo investimentos, empresas transnacionais, tecnologias, sistemas legais, infra-estruturas e instituições globais. Estas realizações permitiriam finalmente escorar com segurança uma colecção significativa de movimentos comerciais e financeiros: o incremento do comércio internacional com taxas de lucros superiores às do crescimento económico mundial; a expansão dos movimentos de capital, incluindo a ampliação dos investimentos estrangeiros directos mesmo em espaços periféricos; a mundialização da informação, mobilizando a Internet, a comunicação telefónica e por satélite para acelerar também movimentos e oportunidades económicos; o desenvolvimento das indústrias culturais e do turismo, como se verifica, entre tantos exemplos, com a formidável exportação da produção cinematográfica de Hollywood e *Bollywood*; o desenvolvimento dos sistemas financeiros globais, do controlo das multinacionais e dos «cluster» de competências obrigando a mobilizar mais organizações internacionais, novas formas de protecção legal das produções e comércios, estendendo-se dos direitos às patentes. Estas características validariam definitivamente os argumentos económicos suportando a globalização, actualmente teorizados em torno de temas como as «vantagens comparativas» defendendo que o princípio do comércio livre mundial permite localizar e rentabilizar com mais eficiência os recursos com reflexos positivos tanto no crescimento económico como no desenvolvimento social através da multiplicação das oportunidades de investimento, criação de empregos e qualificação de pessoas, equipamentos tecnológicos e infra-estruturas sociais.

---

<sup>8</sup> EICHENGREEN, Barry — *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

Apesar destas vantagens é possível hoje, como se sabe, convocar também contrastivamente uma imensa literatura, movimentações e intervenções políticas muitas contestando a benignidade desta axiologia económica da globalização permitindo sublinhar uma constelação outra de prejuízos e dificuldades: a mundialização progressiva de terrorismos e de muitas formas de criminalidade internacionais; o crescimento exponencial da emigração clandestina; o aprofundamento da pobreza e do desemprego nas «periferias» do Norte industrializado; a continuada erosão das soberanias nacionais; uma ideia cada vez mais uniformizante de multiculturalismo global concorrendo para diminuir a diversidade cultural, multiplicando-se o desaparecimento de línguas, dialectos e culturas «tradicionais». Seja como for, já nas perspectivas que exornam as vantagens da globalização já na expansão do criticismo anti-globalização domina uma categorização da evidência incontornável da noção, agregando-se até diferentes processos e problemas que, historicamente, remetem para estratégias absolutamente diversas de sociedades, culturas e formações políticas. Existe pouca investigação, afinal, da globalização enquanto processo histórico e mudança social, impondo-se as mais ambíguas simplificações contraditórias, como essa que prega um mundo cada vez mais interconexo e internacional, limitando soberanias, ao mesmo tempo que se multiplicam os movimentos e reivindicações nacionalistas que redesenharam mesmo na Europa do Leste ou nos Balcãs o mapa político europeu.

Outras definições da noção de globalização têm procurado alargar o estudo da formação dos seus elementos dinâmicos, destacando um processo longo de cruzamento e circulação mundiais de populações, bens, serviços, capitais, informação e culturas. Vários autores, obras e alguns (poucos) historiadores partilhando esta perspectiva de longa duração tentam abordar a globalização como um processo histórico que foi dinamizando no tempo e no espaço movimentos de populações, economias e culturas gerando influências e adaptações progressivamente generalizadas nas comunicações e estruturas das sociedades actuais. Deste modo, a história da globalização nunca poderia ser uma nova modalidade de narrar a velha história do apogeu do Ocidente<sup>9</sup>, antes obrigaria a reconstruir

---

<sup>9</sup> JONES, Eric L. — *The European Miracle: Environments, Economies, and Geopolitics in the History of Europe and Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981; LANDES, David — *The Wealth and Poverty of Nations: Why Some Are So Rich and Some So Poor*. New York: Norton, 1998.

as diferentes contribuições da China, da Índia, do Sudeste Asiático, da África tanto como do mundo islâmico, da Europa e da América na dinamização de relações de conjunto que, cumulativamente globais, não se poderiam apenas datar do século XIX ou da «era dos descobrimentos», mas teriam antecedentes bem mais longínquos. A investigação desta funda genealogia passa pelo estudo da circulação, difusão e adaptação sociais, económicas e culturais dos mais diferentes objectos e instrumentos, não somente capitais, tratos e produções industriais. Rememorem-se os estudos qualificados que têm vindo a ser dirigidos nos últimos anos para a história da mundialização das doenças no contexto dos mais diferentes colonialismos<sup>10</sup>; os trabalhos em torno da expansão de alimentos que, como a batata, o café, o tomate, o chá ou a malagueta, verdadeiramente viajaram o mundo para se instalarem quotidianamente na maior parte das dietas contemporâneas; frequentem-se ainda as muitas investigações que foram inventariando a circulação e difusão de ideias, ciências e tecnologias, sublinhando relações de inter-conexidade em que se afigura totalmente estéril procurar a predominância de qualquer centrismo, sobretudo europeu.

Várias investigações de historiadores, economistas e outros cientistas sociais foram nos últimos anos ainda mais longe, dissolvendo a «invenção» e dominação europeia da história moderna das relações económicas mundiais<sup>11</sup>. Histórica e espacialmente, um contínuo sistema mundial tem estruturado relações globais desde há 5 000 anos, e não apenas nos últimos quinhentos anos como tem sido normalmente argumentado pelos teóricos dos temas da história do capitalismo e da economia-mundo<sup>12</sup>. Acumulação de capital, comércio e crescimento existiam muito antes do período moderno europeu e fora do Ocidente. De facto, o (ou um) sistema mundial não nasceu em 1500, não ressaltou da Europa e não era, muito menos, distintamente capitalista<sup>13</sup>. É actualmente possível acumu-

<sup>10</sup> DAVIS, Mike — *Génocides tropicaux. Catastrophes naturelles et famines coloniales aux origines du sous-développement*. Paris: La Découverte, 2003.

<sup>11</sup> WALLERSTEIN, Immanuel — *The Modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.

<sup>12</sup> ABU-LUGHOD, Janet L. — *Before European Hegemony. The World System A.D. 1250-1350*. New York — Oxford: Oxford University Press, 1989.

<sup>13</sup> FRANK, Andre Gunder & B. K. Gills (eds.) — *The World System: Five Hundred Years or Five Thousand?* London — New York: Routledge 1993.

lar pistas e dados comprovando as manifestações evidentes de um sistema mundial centrado entre a Índia e a China, tanto pré-moderno como pré-europeu, condicionando o apogeu e declínio de outros sub-sistemas económicos, comprovando que as dinâmicas causais se distribuíam a partir do sistema para as suas partes constituintes. Estas pesquisas globalizantes procuram também criticar definitivamente a interpretação materialista que, exagerando uma visão eurocêntrica do mundo, resume a história a uma colecção de estádios de evolução sócio-económica sucessivos, destacando-se contrastivamente a estruturação de uma economia mundial histórica ciclicamente organizada em torno das diferentes modalidades de pressão e exigência de um mercado mundial continuamente competitivo. Comércio e acumulação de capital baseados em tratos mundiais foram sempre parte integrante da economia global e a competição gerada pela pressão do jogo da procura e da oferta enforma a micro-fundação das mudanças político-económicas. Esta dimensão cíclica da história económica mundial obriga a rejeitar a posição unilateral defendendo uma ruptura qualitativa em 1492 com a chegada de Colombo às Antilhas e a subsequente geração de um sistema mundial orbitando em torno do capitalismo europeu.

Torna-se, assim, necessário *re-orientar* a história da formação dos sistemas económicos mundiais<sup>14</sup>: uma perspectiva histórica global é fundamental para se poder investigar mudanças macro-históricas mundiais, do apogeu e queda dos impérios territoriais à revolução industrial, do tema do declínio do “Oriente” ao desenvolvimento do “Ocidente”, passando pelo estudo do colonialismo em África, na Índia ou nas Américas. O todo, o *global*, é sempre maior do que a soma das partes e estas apenas se podem perceber na sua relação com o *global*. Adoptar uma perspectiva globalizante não se mostra, porém, uma viragem epistémica fácil de concretizar, atendendo a que a esmagadora maioria da produção científica em ciências sociais continua ancorada a uma verdadeira *ideologia eurocêntrica* largamente apresentada e frequentada enquanto ciência normativa universal. Em contraste, uma progressiva acumulação de investigações sugere fixar o predomínio da Ásia — especialmente da China Ming e Qing, bem como da Índia Mughal — no coração de uma economia mundial interconexa entre 1400 a 1800, devendo perceber-se que, neste

---

<sup>14</sup> FRANK, Andre Gunder, *ReOrient: Global Economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.

período, a Europa era somente um “jogador” marginal no conjunto da produção e comércio globais<sup>15</sup>. A Europa permaneceria mesmo na retaguarda das relações económicas mundiais face à maior produção e expansão asiáticas até finais do século XVIII, altura em que uma colecção de diferentes factores conjunturais, alargando-se da contracção económica global ao continuado acesso europeu à prata e ouro americanos somados a outras explorações coloniais, empurraram a economia europeia a ultrapassar o “Oriente” em capacidade industrial. No entanto, nada de extraordinário em termos internos, especificamente europeus — a Revolução Industrial, a emergência do Estado moderno ou a reorganização capitalista da economia europeia... — concorreu para firmar este apogeu, estribado antes em mutações cíclicas da economia global somadas a esse progressivo acesso e exploração europeus dos espaços coloniais.

A exacerbação do papel central do “Ocidente” na história económica mundial radica num *sistema de conhecimento*, o eurocentrismo, historicamente específico e com raízes escorando configurações do poder e interesses materiais<sup>16</sup>. Um pensamento eurocêntrico foi-se formando historicamente para atribuir ao “Ocidente” uma missão quase providencial do destino histórico baseada no contínuo avanço da ciência, da tecnologia, da racionalidade, do industrialismo, de instituições políticas, sociais e económicas modernas. Um pensamento que foi perspectivando a experiência europeia como universal, organizando o mundo a partir de um único ponto focal privilegiado que é a Europa. A partir daqui, o mundo é bipartido entre o “Ocidente” e o “Resto” (“*the West*” and “*the Rest*” funciona melhor em inglês...), construindo-se um sistema de conhecimento oscilando em torno de hierarquias binárias em que a Europa invariavelmente ocupa a posição não apenas cimeira, mas também normativa e taxonomizante: nação ocidental *versus* “tribo”; religião ocidental *versus* “superstição”; capitalismo ocidental *versus* formas tradicionais de produção e subsistência; tecnologia ocidental *versus* artesanato; progresso ocidental *versus* estagnação ou atraso... Em consequência, as explicações

<sup>15</sup> CHAUDURI, K. N. — *Asia before Europe: economy and Civilization of the Indian Ocean from the Rise of Islam to 1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

<sup>16</sup> BLAUT, J.M. — *The Colonizer’s Model of the World. Geographical diffusionism and Eurocentric history*. New York-London: The Guilford Press, 1993; BLAUT, J.M. — *The Colonizer’s Model of the World. Eight Eurocentric Historians*. New York-London: The Guilford Press, 2000; SAID, Edward — *Orientalism. Western Conceptions of the Orient*. New York: Routledge, 1978.

habituais acerca do desenvolvimento e apogeu da Europa com as concomitantes alterações no sistema mundial deveriam ser refeitas radicalmente, sublinhando que as mudanças sistémicas globais com um centro dinâmico situado na Ásia no começo da época moderna contribuíram decisivamente para a evolução da economia e instituições europeias. Deste modo, este câmbio de posições entre o “Ocidente” e o “Oriente” teria sido meramente o resultado da última alteração continental na distribuição da “fortuna” oferecida pelo sistema mundial existente.

### Macau: um «Presente» da História da Globalização?

Esta *re-orientação* também científica começa a instalar-se em algumas investigações, sobretudo de cientistas chineses, mobilizados para reestudar com novas problemáticas e metodologias o passado e presente de Macau. Especialmente relevante tem vindo a ser o esforço de historiadores e investigadores chineses para ampliar as ruelas estreitas legadas pela ciência e história coloniais portuguesas<sup>17</sup>. Macau foi-se interpretando em sede de uma historiografia colonial a partir de uma constelação de ideias essencialistas sublinhando a especial capacidade portuguesa de adaptação às sociedades tropicais, a sua produção de sociedades «inter-raciais» e o seu inimitável sistema «doce» de dominação colonial. Exagerando a dependência do documento escrito oficial, do facto em detrimento do processo, dos lugares da memória coloniais — do nome ao feito, da «descoberta» à «genialidade» —, a cultura histórica colonial sobre Macau não se mostra apenas campo científico estreito como ainda exhibe especializações limitadas. Caso quisermos convocar indicadores estruturais básicos acerca do funcionamento do passado do enclave, mesmo com grande esforço de indagação bibliográfica o resultado seria profundamente conflagrador. O que é que poderemos dizer com rigor, por exemplo, sobre a história dos preços em Macau? Muito pouco, quase nada de organização estrutural e conjuntural, ainda por cima num espaço em que historicamente conviveram diferentes sistemas monetários, circulavam diversas moedas tanto como pesos e medidas. De forma ainda mais generalizada,

<sup>17</sup> Vejam-se, entre outros, os trabalhos referenciais de CHEONG, Fok Kai — *Te «Macao Formula»*. *A Study of Chinese Management of the Westerners from the Mid-Sixteenth Century to the Opium War Period*. Hawaii: University of Hawaii, 1978 (Ph.D. dissertation, pol.); Wu, Zhiliang — *Segredos da sobrevivência. História Política de Macau*. Macau: Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999.

o que é que poderíamos adiantar com científico rigor acerca das próprias estruturas e sentidos da história económica de Macau? Exceptuando avaliações qualitativas tão gerais como quase essenciais, sublinhando alguns ciclos económicos subsumidos na ordem de alguns tratos e escambos dominados por sectores limitados das elites políticas e mercantis que, circulando mais do que se fixando, se reivindicavam «portuguesas», não existem indicadores quantitativos e seriais esclarecendo a circulação de capitais mobiliários e imobiliários, estruturas financeiras, sistemas de investimento, formas de organização económica ou, entre tantos outros temas por estudar, as principais estruturas de divisão económica e social do trabalho. Ou seria que no enclave macaense na longa duração da história, pura e simplesmente, não se trabalhava, esperando-se que caíssem do céu já não apenas os lucros pingues dos tratos, como também os operários que construíam ruas e edifícios, os artesãos que concertavam aqui o calçado, ali o vestuário ou erguiam, douravam e decoravam os altares dos templos católicos? Donde vinham esses operários? Quais eram os salários destes trabalhadores? Quem pagava? Qual era a sua origem social e cultural? Conseguiram sobreviver apenas com a força do seu trabalho? Se prolongássemos esta rede de interrogações, mesmo sem pretensão de sistematicidade, aos domínios da história social de Macau, sobriariam em interrogações o que não se descobre em investigação historiográfica. Como é que se organizaram sistemas de parentesco, unidades domésticas e formas de família ao longo da história de Macau? Que grupos e segmentos sociais se conseguem identificar? Qual o papel social das mulheres e das suas formas de organização estamental? Não existem respostas a estas questões fundamentais porque não se conseguem encontrar investigações profissionais exteriores a alguns resistentes essencialismos que, agitando ideias de multiculturalidade e «mestiçagem cultural», tendem a concluir sempre publicações documentais e antológicas com algumas proclamações «evidentes» que, afinal, tratam de servir de «prova» ou «ilustração» a esses arreigados essencialismos com que se perspectiva (mal) a complexidade social, económica, política e cultural do passado de Macau com o seu demorado processo de negociação de formas de representação do poder e de controlo de soberanias.

A circulação comercial e, depois, colonial portuguesa no enclave macaense foi continuamente também uma «dádiva» da China cumprindo evidentes modalidades de intermediação num processo histórico de comunicações económicas mundiais. Como em todos os processos de

dáviva, o «presente» obrigava a retribuições e a organizar uma demorada rede de negociações, compromissos e alianças. Até bem entrado o século XIX, a circulação política, económica e social de agentes portugueses e a fixação de estruturas de parentesco euro-asiáticas em Macau foi alvo de vigilância estreita e de preocupação de Guanzhou a Pequim. Muitos dirigentes importantes do grande «império do meio» encararam a movimentação portuguesa no enclave do rio das Pérolas como uma sorte de «úlcer do Sul» que era necessário debelar<sup>18</sup>, mas um complexo sistema de compromissos foi permitindo a sobrevivência com alguma autonomia política e administrativa de Macau a mobilizar pelas produções de luxo chinesas nos processos de circulação económica trans-asiáticos e mundiais. Com efeito, apesar desse generoso «ciclo» do comércio da prata japonesa na segunda metade de Quinhentos e nas primeiras décadas do século XVII, Macau conseguiu sobreviver enquanto enclave «especial» jogando na capacidade de potenciar tratos com o Sudeste Asiático, com a Índia e com as elites da sociedade de corte europeia que perseguiram o aparato das sedas e das ricas produções sumptuárias chinesas. Por isso, um primeiro legado de longa duração que continua a desaguar na vida económica e social do presente de Macau assenta no seu *multilateralismo*, não apenas nessa adquirida ideia quase estética de ponte entre «Ocidente» e «Oriente», mas mais especialmente na circulação multilateral de produções de luxo chinesas a partir da intermediação, organização, investimentos e competências instalados no território. Sempre que estas produções chinesas faltaram, das sedas ao chá, as dificuldades sociais e económicas de Macau alargaram-se ou vazaram-se em dramáticas formas de comércio unilateral colonial como ensinaram nos séculos XVII e XVIII os tratos escravagistas femininos ou os contrabandos do ópio com reflexos mais do que negativos na sociedade chinesa oitocentista. Mais ainda, sempre que o enclave macaense limitou a sua circulação e capacidade de mudança aos desafios e procuras de uma economia à escala mundial perdeu tanto em mobilidade social como em desenvolvimento económico.

A sobrevivência «especial» de Macau somou às capacidades de movimentação multilateral uma outra herança histórica que, na longa duração, se foi concretizando na continuada renovação de formas de compromisso externo e interno entre o território e as demandas da China política, econó-

---

<sup>18</sup> Fok, Kai Cheong — *Estudos sobre a instalação dos Portugueses em Macau*. Lisboa: Gradiva, 1996.

mica e social. Este *compromisso* foi mesmo actualizando as suas fórmulas políticas — como ainda hoje no paradigmático estatuto negociado do processo de retorno à RPC —, mas conseguiu igualmente gerar demoradamente modalidades de acomodação e potenciação da mudança social, normalmente fundada nos estímulos externos à circulação económica da intermediação política e comercial promovida através de Macau. Este «compromisso histórico» concretizou-se ainda numa terceira marca especializada pela história macaense, gerando não somente essas *pontes* entre «ocidente e oriente», mas muito mais especializadamente firmando vantajosas comunicações entre a Europa comercial e a economia industrial da China que, até princípios do século XIX, oferecia indicadores demográficos, industriais, energéticos e agrícolas difíceis de encontrar nos espaços económicos europeus<sup>19</sup>, estruturas demo-económicas que, muito provavelmente, a RPC se encontra historicamente a refundar e potenciar.

Um quarto legado, também claramente histórico que não uma «invenção» recente, sublinha plurissecularmente o *dinamismo* económico internacional de Macau através dessa atracção da comercialização de produtos chineses, da mobilização da sua mão-de-obra operária, da busca de renovadas competências de recursos e da perseguição de papéis económicos especializados. O investimento nas indústrias do jogo e do lazer ou do património e do turismo actualizam agora, entre outros esforços, este legado duplamente de dinamismo e especialização. A sobrevivência especial de Macau em tempos duplamente de integração regional e de alargamento da globalização obriga a presentificar estes quatro legados históricos que organizaram a continuada participação de Macau na história da globalização, mas demandam também a renovação das suas lições num contexto político, económico, social e cultural bastante mais favorável. A transição política e o desenvolvimento económico que o governo da RAEM tem vindo a conseguir gerir com subida competência e qualidade deixaram de mobilizar apenas soluções «controláveis» para a localização «especial» de Macau, mas procuram também acomodar com *multilateralismo*, *compromissos*, *intermediação* e *dinamismo* os novos desafios que a ampliação do processo de globalização coloca ao território, à sua sociedade, tan-

---

<sup>19</sup> POMERANZ, Kenneth — *The Great Divergence. China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton-Oxford: Princeton University Press, 2000; WONG, R. Bin — *China Transformed. Historical Change and the Limits of European experience*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

to aos seus empresários como trabalhadores, aos seus funcionários e quadros, muito mais ainda à formação qualificada da sua imensa juventude. Estes legados mostram-se ainda mais actuais quando a RPC se tornou pelo seu gigantesco esforço de crescimento económico actor fundamental da globalização. Como todos os outros agentes axiais neste processo, a China estará obrigada nos próximos anos também a proteger alianças, linhas de importação e exportação, acesso a mercados e recursos, tanto como a preservar a sua estabilidade e firmar o seu crescimento. Não se trata de uma dificuldade concorrencial e, muito menos, de um embaraço para Macau, mas ao contrário de uma nova «dádiva» fazendo com que a RPC procure também reencontrar neste seu território especial algumas dessas diferentes linhas de movimentação multilateral, especialização, dinamismo e compromisso que marcaram a sobrevivência histórica do enclave. O acesso aos espaços, mercados e recursos dos países da lusofonia, a facilidade de comunicações históricas com o Sudeste Asiático, as pontes mais rápidas com a Coreia e o Japão ou mais demoradas à Europa pela via de Portugal, somadas ainda a uma diáspora macaense que se foi instalando e organizando pluricontinentalmente, devem ajudar a assegurar o alargamento das avenidas multilaterais sem as quais a especial sobrevivência e dinamismo de Macau seriam fundadamente limitados. As tarefas colossais e complexas impostas por estes caminhos inexoráveis de acomodação e dinamização de uma globalização somando vantagens, mas impondo muito rapidamente prejuízos capazes das mais periféricas exclusões, exigem a actualização desse outro legado que, na longa duração da história, foi edificando em Macau uma sociedade também de *compromissos*. E um dos mais urgentes é mesmo o *compromisso geral* da sociedade macaense com o investimento e a dinamização de uma investigação científica profissional e inovadora em ciências sociais sem a qual a mudança social é menos compreendida, os desafios e oportunidades da globalização desaproveitados e, menos polidamente, os «presentes» desperdiçados.

